



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**

428
Rubrica
[Handwritten signature]

ATA DE REGITRO DE PRÇOS Nº 047/2021/PMTG-SRP

Nos 24 dias do mês de maio, do ano de 2021, o **MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 13.099.205/0001-18, com sede administrativa à Praça Getúlio Vargas, nº 284, CEP. 49.280-000, Bairro Centro, Município de Tomar do Geru/SE, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. **PEDRO SILVA COSTA FILHO**, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, tendo como partícipes o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob nº 11.412.389/0001-07, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Saúde a Sra. **MARINALVA REIS DOS SANTOS**, e o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.788.544/0001-74, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Assistência Social a Sra. **LAIZ SIMÕES VIANA**, resolve Registrar os Preços visando futuros serviços do objeto licitado através do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2021/PMTG - SRP**, em face da classificação da proposta apresentada pela empresa abaixo qualificada, denominada simplesmente de **FORNECEDOR** que assume o compromisso para a execução dos serviços, nas condições estabelecidas nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS visando futuras contratações de empresas para prestação de serviços na frota de veículos do município de Tomar do Geru compreendendo: Lavagem de Veículos, Reparo / Conserto em Pneu e Câmaras, Manutenção Preventiva e Corretiva**, para suprir as necessidades dos órgãos públicos abaixo relacionados:

- Município de Tomar do Geru;
- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;

1.2. A empresa que registra preços visando a prestação dos serviços, objeto da presente Ata de Registro de Preços, é a seguinte:

FORNECEDOR: DOMINGOS OLIVEIRA SANTOS - MEI, inscrita no CNPJ sob nº 28.578.894/0001-10, sediada a Rua Oito de Setembro, nº 325, CEP. 49.280-000, Bairro Centro, Município de Tomar do Geru, Estado de Sergipe.

LOTE - I					
ITEM	SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULO AUTOMOTOR	UND	QTD CONSOLIDADA DO 12 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO 12 MESES
1	VEÍCULO TIPO MÁQUINA GRANDE DIVERSA (EXEMPLOS: PÁ CARREGADEIRA/MOTONIVELADORA)	LAVAGEM	50	R\$ 225,00	RS 11.250,00
2	VEÍCULO TIPO MÁQUINA MÉDIA DIVERSA (EXEMPLO: TRATOR COMUM/RETROESCAVADEIRA)	LAVAGEM	30	R\$ 200,00	RS 6.000,00
3	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO/MICROONIBUS	LAVAGEM	260	R\$ 150,00	RS 39.000,00
4	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS	LAVAGEM	400	R\$ 170,00	RS 68.000,00
5	VEÍCULO TIPO CARRO DE PASSEIO	LAVAGEM	700	R\$ 34,00	RS 23.800,00
6	VEÍCULO TIPO CAMIONETA/VAN	LAVAGEM	20	R\$ 44,00	RS 880,00
7	VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA	LAVAGEM	40	R\$ 19,00	RS 760,00
LOTE - II					
ITEM	SERVIÇO DE REPARO/CONSRTO EM PNEU/CÂMARA SEM USO DE VULCANIZAÇÃO	UND	QTD CONSOLIDADA DO 12 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO 12 MESES
8	PNEU - MÁQUINAS DIVERSAS (EXEMPLOS: TRATORES / PÁ CARREGADEIRA /	CONSRTO	300	R\$ 120,00	RS 36.000,00



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**

429
Rubrica
[Handwritten signature]

	MOTONIVELADORA / RETROESCAVADEIRA...)				
9	PNEU - CAMINHÃO / ONIBUS / MICROÔNIBUS	CONSERTO	1050	R\$ 40,00	RS 42.000,00
10	PNEU - CARRO DE PASSEIO	CONSERTO	1150	R\$ 20,00	RS 23.000,00
11	PNEU - CAMIONETA/VAN	CONSERTO	15	R\$ 20,00	RS 300,00
12	PNEU - MOTOCICLETA	CONSERTO	40	R\$ 20,00	RS 800,00

CLÁUSULA SEGUNDA – REVISÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou cancelados por fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover a negociação junto ao **FORNECEDOR**, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará o **FORNECEDOR** para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

2.2.1. Será respeitada a ordem de classificação na etapa competitiva dos **FORNECEDORES** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado.

2.2.2. Se o **FORNECEDOR** não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberadas do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

2.2.3. Na ocorrência dos preços registrados nesta Ata tornarem-se inferiores aos praticados pelo mercado e se o **FORNECEDOR** não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

2.2.3.1. Liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes da emissão da Nota de Empenho, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

2.2.3.2. Convocar os demais **FORNECEDORES**, para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.3. Não havendo êxito na negociação, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados após liquidação da despesa, no prazo de até **30 (trinta) dias**, no valor correspondente a Ordem de Serviço comprovadamente atendidas, mediante apresentação dos seguintes documentos:

3.1.1. Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);

3.1.2. Prova de regularidade Fiscal e Trabalhista.

3.2. Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, o Município efetuará o pagamento conforme item anterior.

3.3. Nenhum pagamento será efetuado na ocorrência de qualquer uma das situações abaixo especificadas:

3.3.1. A falta de atestação pelo Setor Competente, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela Contratada;

3.3.2. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 3.1.2 com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao município nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;

3.3.3. Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a Fornecedora apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, esta poderá ter seu registro cancelado unilateralmente pelo município de **Tomar do Geru/SE**, ficando assegurado ao



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**



FORNECEDOR, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos serviços efetivamente entregues e atestados;

3.3.4. O município de **Tomar do Geru/SE** poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo **FORNECEDOR**;

3.3.5. Para efeito de pagamento, serão computados apenas os quantitativos efetivamente entregues.

3.4. O município de Tomar do Geru efetuará, no ato do pagamento, a retenção de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do pagamento, relativo ao valor do APOIO PECUNIÁRIO previsto no art. 6º, da Lei Municipal nº 720/2020.

CLAUSULA QUARTA – REAJUSTE

4.1. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

5.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** a contar de sua assinatura, nos termos do que dispõe o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

6.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** autora do presente processo será responsável pelos atos de controle e administração dos serviços decorrentes desta licitação e indicará aos demais órgãos participantes os **FORNECEDORES** para os quais serão emitidos as ordens de serviços;

6.2. A emissão da Ordem de Serviço será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto ao **FORNECEDOR** e serão formalizados através da emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s).

6.3. Não poderá ser emitida qualquer Ordem de Serviço sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

6.4. Os serviços prestados deverão acontecer dentro do município de Tomar do Geru conforme previsto no item 1.2, **de forma ininterrupta, 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados.**

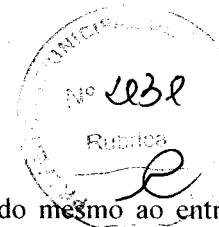
6.5. A execução dos serviços de lavagem e reparos / conserto de pneus e câmaras deverão acontecer dentro do prazo máximo de **03 (três) horas**, contados do recebimento da Ordem de Serviço, expedidas pela Autoridade Competente.

6.6. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será efetuada primeiramente com a solicitação de orçamento para execução dos serviços, onde o **FORNECEDOR** deverá apresentar a quantidade de horas prevista para a execução e informar ao **ÓRGÃO** solicitante se houver a necessidade de efetuar troca de peças, após a verificação, a Autoridade Competente emitirá a autorização para a realização dos serviços, devendo nela constar: a categoria do veículo, placa e data de execução. Os preços para a execução dos serviços de manutenção serão compostos da seguinte forma: **CUSTO/HORA MÃO-DE-OBRA (Preço de Hora Trabalhada).**

6.6.1. O orçamento prévio para a execução dos serviços deverá ser gratuito, e, o respectivo **FORNECEDOR** deverá avaliar e informar as peças necessárias para a manutenção do veículo no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas.**



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**



6.6.2. Os veículos deverão passar por vistoria prévia, indicando as condições do mesmo ao entrar nas instalações do **FORNECEDOR**. Na respectiva vistoria deverá assinar o responsável pelo veículo bem como o responsável pela execução dos serviços.

6.6.3. Os prazos indicados pelo **FORNECEDOR** para a manutenção dos veículos poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados pelo **FORNECEDOR** e autorizados pela autoridade competente.

6.7. Os serviços serão recebidos e conferidos pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, devidamente designado em portaria específica, que atestarão o recebimento dos serviços através de aposição de carimbo na respectiva nota fiscal.

6.8. Na hipótese dos serviços executados não atenderem as especificações deste Termo de Referência, os mesmos deverão ser refeitos mediante Termo de Devolução. Neste caso, o **FORNECEDOR** deverá providenciar a reparação dos serviços, escoimados dos problemas apontados no Termo de Devolução, no prazo máximo de **24hs (vinte e quatro horas)**, contados do recebimento da comunicação expedida pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência.

6.9. Os serviços executados deverão ter no mínimo **60 (sessenta) dias de garantia**, contados a partir do recebimento e aceitação do **ÓRGÃO** solicitante.

6.10. Cumpridas as formalidades o fiscal da Ata de Registro de Preços encaminhará a respectiva nota fiscal ao setor de finanças do município para liquidação e pagamento.

CLAUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

6.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo **FORNECEDOR**, sem justificativa aceita pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

I – **Advertência**: por escrito, admitida inicialmente, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem consequências nos prazos e nos valores do empenho. Na ocasião, será concedido um prazo para o **FORNECEDOR** sanar as irregularidades;

II – **Multa**:

A) **Por atraso na entrega do serviço**: multa no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total do empenho, por dia corrido de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias.

B) No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) e o 60º (sexagésimo) dia, a multa será de 1% (um por cento), sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

C) **Pela inexecução total ou parcial**: será considerado como inexecução total, o atraso superior a 60 (sessenta) dias. O **FORNECEDOR** estará sujeito a multa correspondente à diferença do preço resultante da nova licitação realizada para a complementação ou realização da obrigação não cumprida;

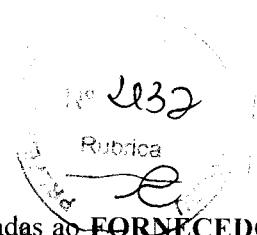
III – **Suspensão Temporária** de participar em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração Municipal pelo prazo de até 02 (dois) anos; e

IV – **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

6.2. As sanções previstas nos Incisos I, III e IV do **item 18.3** poderão ser aplicadas juntamente com a do Inciso facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**



3. As sanções previstas nos itens III e IV do **item 18.3** poderão também ser aplicadas ao **FORNECEDOR** no caso de:

- a) Ter sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar o objetivo da Licitação; e
- c) Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4. Poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total empenho, caso o **FORNECEDOR** descumpra qualquer outra condição ajustada, em especial quando não se aparelhar convenientemente para a execução do objeto da licitação ou impedir ou dificultar os trabalhos da Fiscalização.

7.5. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando o **FORNECEDOR** der causa à sua rescisão.

7.6. As multas deverão ser recolhidas à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser, exauridos todos os recursos administrativos e o direito de ampla defesa.

7.6.1. Caso o prazo não seja cumprido, os valores referentes às multas serão descontados dos pagamentos devidos ao **FORNECEDOR**.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado ao **FORNECEDOR** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do Ordenador de Despesas do município de **Tomar do Geru/SE**.

7.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos registros deste município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

7.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao **FORNECEDOR** o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

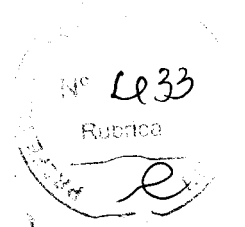
8.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa do **Município de Tomar do Geru, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social** para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços. a cargo do órgão contratante, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente, sendo desnecessária sua informação na face de se tratar de Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação com os fornecedores registrados poderá ser formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93, observando as disposições do Termo de Referência (Anexo V deste Edital).



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**



- 10.2. Os contratos decorrentes do SRP deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 10.3. Os Contratos que por ventura vir a ser celebrados reger-se-ão de acordo com as respectivas cláusulas.
- 10.4. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, os fornecedores registrados terão o prazo de até **03 (três) dias úteis**, após convocação, para a assinatura do instrumento Contratual correspondente, e a retirada da respectiva Nota de Empenho. A critério da administração, este prazo poderá ser prorrogável, por apenas uma vez, sob pena de decair o direito à contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A **FORNECEDORA** terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

10.2. Automaticamente:

- 10.2.1. Por decurso de prazo de vigência;
- 10.2.2. Quando não restarem fornecedores registrados;
- 10.2.3. Pelo município de Tomar do Geru/SE, quando caracterizado o interesse público;
- 10.2.4. O proponente terá o seu registro cancelado na Ata de Registro de Preços, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3. A pedido do FORNECEDOR quando:

- 10.3.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 10.3.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

10.4. Por iniciativa do município de Tomar do Geru/SE, quando:

- 10.4.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 10.4.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 10.4.3. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- 10.4.4. Não cumprir as obrigações decorrente da Ata de Registro de Preços;
- 10.4.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 10.4.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- 10.4.7. Em quaisquer das hipóteses acima, concluído o processo, o município de Tomar do Geru/SE fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

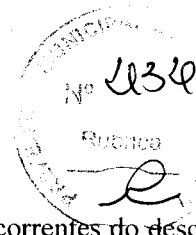
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

11.1. Competências do ÓRGÃO GERENCIADOR:

- 11.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- 11.1.2. Providenciar a assinatura desta Ata, a publicação na Imprensa Oficial e o encaminhamento de sua cópia aos Órgãos Participantes, quando houver.
- 11.1.3. Providenciar a indicação dos **FORNECEDORES** para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos.
- 11.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**



11.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na presente Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

11.2. Competências do ÓRGÃO PARTICIPANTE:

11.2.1. Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições; e

11.2.2. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do ora pactuado, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

11.3. Competências do FORNECEDOR:

11.3.1. Cumprir todas as regras acerca da execução ou aquisição do objeto, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas na presente Ata de Registro de Preços.

11.3.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.

11.3.2.1. A inadimplência do **FORNECEDOR**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto d presente Ata, razão pela qual o **FORNECEDOR** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

11.3.3. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, será designado servidor com portaria específica para este instrumento para acompanhar e fiscalizar execução do serviço decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

12.2. À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do serviço com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

12.3. A Representante anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

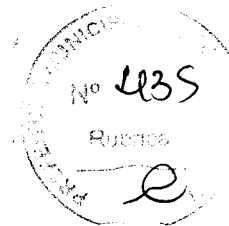
12.5. Não obstante o **FORNECEDOR** seja o único e exclusivo responsável pela execução desta Ata, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do serviço, diretamente ou por prepostos designados.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÃO

13.1. É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme estabelecido no art. 11, §1º do Decreto Municipal nº 027/2017.



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**



13.2. Nos casos que for celebrado o instrumento contratual a quantidade contratada poderá ser acrescida e/ou suprimida dentro dos limites previstos no § 1º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, inciso II do mesmo artigo.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1. Para quaisquer ações decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preço fica eleito o Foro da Comarca de Tomar do Geru/SE, com exclusão de outro qualquer por mais privilegiado que seja.


14.2. E, por se acharem justos e compromissados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02(duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito jurídico na presença das testemunhas abaixo identificadas.



PEDRO SILVA COSTA FILHO
Prefeito
ÓRGÃO GERENCIADOR



MARINALVA REIS DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde
ÓRGÃO PARTICIPANTE

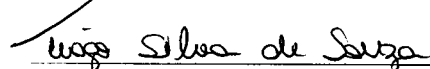


LAIZ SIMÕES VIANA
Secretária Municipal de Assistência Social
ÓRGÃO PARTICIPANTE

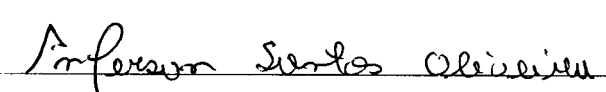


DOMINGOS OLIVEIRA SANTOS - MEI - CNPJ: 28.578.894/0001-10
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:



CPF: 311 345.915-45



CPF: 463 644 645 15



CLÁUSULA 7º DOS ENCARGOS LOCATIVOS

Os tributos e despesas com contas e água e energia serão de responsabilidade do sublocatário.

E por estarem assim justas e contratadas as partes assinam o presente contrato.

Tomar do Geru/SE, 19 de novembro de 2021.

Jose Augusto dos Santos Correia
JOSE AUGUSTO DOS SANTOS CORREIA



DOMINGOS OLIVEIRA SANTOS 71262849500

DOMINGOS OLIVEIRA SANTOS

436
Rurica

CONTRATO DE SUBLOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL URBANO

Pelo presente contrato de sublocação e na melhor forma de direito, de um lado como sublocadora **DOMINGOS OLIVEIRA SANTOS 71262849500**, com sede na Rua Oito de Setembro nº 325, Centro, Tomar do Geru/SE, CNPJ **28.578.894/0001-10**, e do outro **JOSE AUGUSTO DOS SANTOS CORREIA**, CPF **086.837.705-83**, residente e domiciliado no Conjunto Povoado Oiti, Povoado Brejinho, nº 44, Zona Rural, Tomar do Geru/SE, ajustam e firmam o presente nos termos e cláusulas a seguir.

CLÁUSULA 1ª DO OBJETO

Sublocação de imóvel comercial localizado no Povoado Brejinho, nº 44, Zona Rural, Tomar do Geru/SE.

CLÁUSULA 2ª DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL

O imóvel objeto desta sublocação se destinará ao funcionamento de um POSTO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.

CLÁUSULA 3ª DO ENDEREÇO DAS MEDIDAS DO IMÓVEL LOCADO

O imóvel sublocado está localizado no Povoado Brejinho, nº 44, Zona Rural, Tomar do Geru/SE, medindo 10mx30m, totalizando uma área de 300m².

CLÁUSULA 4ª DO PRAZO

Ajustam as partes que o presente contrato terá vigência por 12 meses, tendo início no dia 19 de novembro de 2021 e término em 19 de novembro de 2022.

CLÁUSULA 5ª DO VALOR DO ALUGUEL

Ajustam as partes que o valor mensal da sublocação será de R\$ 500,00.

CLÁUSULA 6ª DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será mensal e com vencimento para todo dia 22 de cada mês.